

UMA NOVA ESCOLA DE PENSAMENTO KEYNESIANO-ESTRUTURALISTA NO BRASIL?

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Notas da intervenção no 2º. Encontro da Associação
Keynesiana Brasileira, São Paulo, 12.10.2010.

Há indicações cada vez mais claras que está surgindo no Brasil, agora uma nova escola de pensamento econômico – uma e keynesiano-estruturalista – que tem como fundamento teórico uma “Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento e como proposta de política econômica ou, mais amplamente, como estratégia nacional de desenvolvimento, o Novo Desenvolvimentismo. Esta nova realidade começou a se configurar no início dos anos 2000s quando um grupo de economistas keynesianos e estruturalistas, insatisfeitos com as baixas taxas de crescimento do Brasil, decidiu enfrentar o mainstream teórico neoclássico (o modelo de equilíbrio geral e a macroeconomia das expectativas racionais) e o consenso de Washington. Primeiro, a partir de 2003, começou a se delinear o novo desenvolvimentismo, não obstante o establishment econômico neoliberal estivesse tentando tornar a palavra “desenvolvimentismo” pejorativa, associando-a ao populismo e ao estatismo.

Ao mesmo tempo compreendeu que, para fundamentar e legitimar a proposta de política macroeconômica visando a estabilidade e o crescimento as ideias pós-keynesianas, desenvolvidas nos Estados Unidos, ou seja, em uma realidade muito diferente de um país de renda média como o Brasil, não eram suficientes. Como também haviam deixado de ser suficientes o conjunto de teorias que caracterizou a

teoria estruturalista do desenvolvimento dominante entre os anos 1940 e 1960. Serviam, sem dúvida, de base, mas necessitavam de reformulação, porque lhes faltava uma abordagem macroeconômica sistemática, porque os países aos quais as novas teorias e propostas de política se referem – os países de renda média ou emergentes – encontram-se em uma etapa diferente de desenvolvimento (são países que já realizaram sua revolução capitalista), e porque a economia e a sociedade mundial são definidas pela globalização na qual os países de renda média exportam manufaturados para todo o mundo.

Foi isto o que, informalmente, vimos fazendo nestes últimos anos. Foram essas ideias que eu procurei sintetizar em *Globalização e Competição* (2009). Mas foi depois de ter sido o livro publicado que ficou claro para mim que as teorias resumidas nesse livro que fundamentavam o novo desenvolvimentismo constituíam um todo teórico integrado e original – uma macroeconomia estruturalista do desenvolvimento – que estabelecia as bases para uma nova escola de pensamento keynesiano-estruturalista.

Quem me chamou atenção para esse fato foi Robert Boyer, no prefácio que escreveu para a edição francesa de meu livro. Que nome dar para esta nova escola – esta nossa escola? Eu sabia que se tratava de uma macroeconomia do desenvolvimento, mas foi a partir de 2009, ao escrever um paper com Paulo Gala (“Macroeconomia estruturalista do desenvolvimentismo”, publicado em 2010 pela *Revista de Economia Política*) que acrescentei o “estruturalista”. A macroeconomia do desenvolvimento é uma teoria macroeconômica porque afirma que o ponto de estrangulamento de pleno emprego e do desenvolvimento econômico não está do lado da demanda mas da oferta, estando baseada no pensamento de Keynes e Kalecki; é uma teoria estruturalista porque adota um método histórico, porque entende o desenvolvimento como mudança estrutural ou

industrialização, porque está associada à teoria estruturalista do desenvolvimento de Gunnar Myrdal, Ragnar Nurkse, Arthur Lewis, Raul Prebisch e Celso Furtado, e porque contém duas tendências estruturais: a tendência dos salários a crescerem menos do que a produtividade e a tendência à sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio.

As ideias centrais da macroeconomia estruturalista do desenvolvimento e do novo desenvolvimentismo podem ser resumidas em algumas proposições:

1. O desenvolvimento econômico é um processo de **acumulação capital com incorporação de progresso técnico** que, no médio prazo, implica aumento da produtividade e dos salários ou do padrão de vida médio da população.
2. O aumento da produtividade ocorre internamente a cada setor e, estruturalmente, através da **transferência de mão-de-obra** para setores caracterizados por valor adicionado per capita crescentemente mais altos (“industrialização”).
3. O desenvolvimento econômico depende essencialmente da **taxa de investimento**.
4. A **taxa de investimento** não depende da existência de poupança prévia, já que no modelo keynesiano é o investimento que determina a poupança, mas (a) da existência de oportunidades de investimentos lucrativos para os empresários, (b) da existência de um sistema financeiro que lhes garanta crédito, e (c) de um razoável volume de investimento público.
5. As **oportunidades de investimentos lucrativos**, por sua vez, dependem da taxa de lucro esperada e da taxa de juros ou do custo do capital.

6. A **taxa esperada de lucro** depende da existência de demanda interna e da possibilidade que as empresas eficientes logrem exportar e, assim, se aproveitar da demanda externa.
7. Uma **taxa de juros moderada** depende da saúde financeira do Estado e de uma política monetária voltada não apenas para a estabilidade de preços mas também para o equilíbrio cambial e o pleno emprego ou o crescimento.
8. O desenvolvimento econômico depende também da **eficiência ou produtividade dos investimentos**, ou seja, da relação produto-capital, a qual reflete fatores do lado da oferta como educação, desenvolvimento tecnológico, boas instituições e boa infraestrutura.
9. Raramente esses fatores constituem ponto de estrangulamento para o crescimento, enquanto que a **insuficiência de demanda interna e de falta de acesso à demanda externa** são fenômenos crônicos nos países de renda média que reduzem as oportunidades de investimentos lucrativos.
10. O **investimento público necessário** é menor do que o necessário para um país pobre ou para um país pré-industrial desencadear sua revolução industrial mas é importante na composição da taxa total de investimento.
11. Para ser capaz de investir, digamos, um quarto do investimento total, o **Estado deve ser financeiramente saudável**, ou seja, deve ter uma dívida razoavelmente pequena, e deve apresentar uma poupança pública positiva.
12. A **demanda interna** depende desses investimentos públicos e, principalmente, de que os salários cresçam aproximadamente à mesma taxa da produtividade.
13. Entretanto, uma primeira tendência estrutural – a **tendência dos salários crescerem a uma taxa menor que a da produtividade** – deprime a

demanda interna e exige política econômica corretora em termos de política de rendas e/ou de aumento da despesa social do Estado (salários indiretos).

14. Essa tendência só deixa de ser importante quando o país alcança o “**ponto Lewis**”, ou seja, quando não é mais razoável se falar em existência no país de “oferta ilimitada de mão-de-obra”.
15. Dado o fato de que o país já é exportador de manufaturados e que os salários são mais baixos do que nos países ricos, a **demanda externa** depende menos dos ciclos de prosperidade e recessão do resto do mundo e mais de uma taxa de câmbio competitiva.
16. Uma **taxa de câmbio competitiva ou de “equilíbrio industrial”** é aquela que torna a demanda externa acessível para empresas que utilizem tecnologia no estado da arte mundial.
17. Quando um país goza de **rendas ricardianas** derivadas da existência de recursos naturais abundantes e baratos, a taxa de câmbio que viabiliza a exportações das respectivas commodities e equilibra a conta corrente do país torna-se permanentemente sobreapreciada.
18. A **doença holandesa** é uma sobreapreciação permanente da taxa de câmbio caracterizada por uma taxa de câmbio de “equilíbrio corrente” mais apreciada do que a taxa de câmbio de “equilíbrio industrial” (aquela que torna viáveis as empresas que usam tecnologia de ponta). Quanto maior for a diferença entre a taxa de câmbio de equilíbrio industrial e a de equilíbrio corrente, mais grave será a doença holandesa.
19. Dependendo de sua gravidade e do estágio de desenvolvimento do país, a doença holandesa inviabiliza a **industrialização**, ou, se o país no passado

logrou neutralizar a doença holandesa e se industrialização, causa a **desindustrialização**.

20. A doença holandesa é compatível com o **equilíbrio intertemporal da conta corrente**, não obstante a demanda externa esteja inacessível para as empresas nacionais utilizando tecnologia no estado da arte mundial, na medida em que a taxa de câmbio é definida pela commodity ou commodities que a originam. Portanto, ela puxando o câmbio do equilíbrio industrial para o corrente, e para aí.
21. Entretanto, uma segunda tendência estrutural – a **tendência à sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio** – faz com que a taxa de câmbio não é seja controlada pelo mercado ##### – não flutua suavemente em torno da taxa de câmbio que equilibra intertemporalmente a conta corrente, como afirma a teoria convencional, nem de forma volátil, como a afirma a teoria keynesiana – mas é controlada por crises cíclicas de balanço de pagamentos.
22. As **crises de balanço de pagamentos** ou *currency crises* caracterizam-se por déficits em conta corrente, aumento do endividamento externo, rolagem da dívida para pagamento o principal, rolagem da dívida para pagar também os juros, perda de confiança, e violenta depreciação da taxa de câmbio (*sudden stop*).
23. A tendência à sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio é consequência de dois fatores estruturais que se somam: a doença holandesa, que puxa o câmbio para o equilíbrio corrente, e pelas entradas de capitais que endividam o país. o fato de que taxas de lucro e de juros mais elevadas nos países em desenvolvimento atraem capitais externos.

24. A atração de capitais externos devido a taxas de lucro e de juros mais elevadas é agravada por políticas geralmente adotadas nos países em desenvolvimento: a política de crescimento com poupança externa (déficits em conta corrente), a tese do “aprofundamento do capital” que implica em elevação da taxa de juros interna, a política de âncora cambial ou de dolarização para combater a inflação, o modelo dos “dois hiatos” que implica em financiamento externo, e a prática de “populismo cambial” – que deve ser neutralizada para que o país possa *catching up*;
25. Ao invés de promover o aumento da taxa de investimento e de poupança, a poupança externa ou déficit em conta corrente geralmente causa o aumento da dívida externa do país em moedas fortes, e o aumento do consumo na medida em que uma alta propensão marginal a consumir provoca uma elevada taxa de substituição da poupança interna pela externa.
26. As crises financeiras nos países em desenvolvimento são normalmente crises de balanço de pagamentos caracterizadas pela súbita suspensão da rolagem da dívida externa por credores externos em consequência da política de crescimento com poupança externa.
27. As políticas econômicas que constituem o novo desenvolvimentismo são políticas que neutralizam essas duas tendências.